

Afastados das salas de aula

JULIANA CÉZAR NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

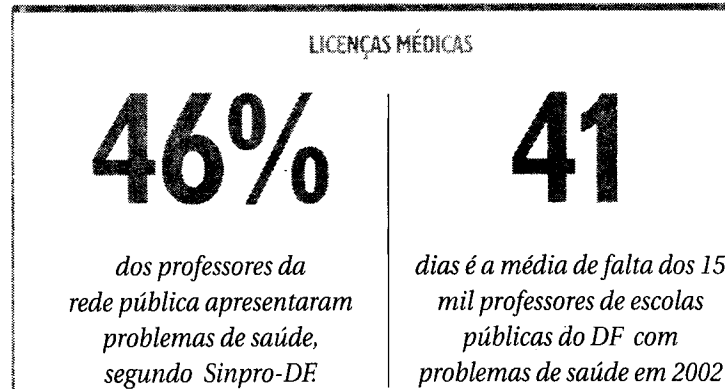
A saúde vai mal nas escolas públicas do Distrito Federal. Quase metade (46%) dos professores precisam pedir licença médica durante o ano letivo. Quinze mil docentes, segundo cálculos do Sindicato dos Professores (Sinpro-DF), apresentam doenças como depressão e desgaste das cordas vocais. No ano passado, as licenças dos professores somaram 624,9 mil dias — um gasto extra de R\$ 52,4 milhões à Secretaria de Educação com a contratação de professores substitutos.

A expectativa não é mais otimista para este ano. De janeiro a maio, os professores já conseguiram 122 mil dias de afastamento das salas de aula. As condições ruins de trabalho, o ex-

cesso de alunos nas turmas e a inexistência de um programa de prevenção de doenças para os educadores são as principais causas que elevam as estatísticas das licenças médicas, aponta o Sinpro. A Secretaria de Educação reconhece que a situação é crítica, mas desconfia da existência de pedidos de licença abusivos e até mesmo fraudes.

“Não há sistema de ensino que se sustente com números como esses”, admite a secretária de Educação, Maristela de Melo Neves. Para ela, profissionais de diferentes categorias também estão submetidos a estresse e violência social, mas não adoecem com tanta frequência. “Há professor que fica 15 meses sem trabalhar na escola pública, alegando depressão. Mas continuando aula na rede privada”, revela a secretária.

Segundo ela, a implantação



da jornada ampliada, em 2000, é uma medida que tem ajudado a melhorar a qualidade de vida dos professores. Por esse sistema, os docentes, principalmente os que lecionam para o ensino infantil, deixam de dar aula em dois turnos. Dividem o dia de trabalho entre a sala de aula e a coordenação. “Precisamos se-

parar o joio do trigo, quebrar o tabu em torno desse tema, e dar assistência aos professores que realmente precisam de ajuda”, afirma.

Excesso de trabalho

Diretor de Assuntos Educacionais do Sinpro, o professor Rodrigo de Paula discorda da ava-

liação da secretária de Educação. Ele argumenta que a quantidade de fraudes é insignificante diante do número de professores com problemas de saúde, obrigados a passar dias ou meses longe dos alunos. “A categoria está realmente doente”, afirma Rodrigo. “Os professores trabalham com 50 alunos em sala de aula, arrebatam a voz e ainda se desgastam psicologicamente com os problemas pessoais dos alunos.”

O Sinpro organizou um grupo de trabalho para discutir o tema e apresentar reivindicações ao governo, como a criação de um programa de prevenção e tratamento exclusivo aos professores. Além de um melhor planejamento administrativo para a substituição dos docentes licenciados. O departamento jurídico do sindicato começou a analisar as re-

clamações de professores que voltaram para sala de aula antes de totalmente recuperados. Eles acusam a secretária de não conceder os dias de licença recomendados nos atestados médicos.

Estudo da Secretaria de Educação mostra que na maioria dos atestados médicos constam problemas de distúrbio de sono, depressão, ansiedade, lesões nas cordas vocais e por esforço repetitivo, além de alcoolismo e dificuldades sexuais. A licença maternidade também colabora para aumentar as estatísticas — 76% dos professores são mulheres. Só no ano passado, 2,1 mil professores precisaram da licença. “As professoras não são o problema. O que falta é planejamento da Secretaria para substituí-las”, avalia o diretor do Sinpro Rodrigo de Paula.